

Dossiê: *Livros, Leitura, Poder e Cultura*

Lire un texte? Quoi de plus facile en apparence. Quoi de plus délicat, pour peu qu'on s'interroge non seulement sur les conditions d'élaboration, de destination, de diffusion des imprimés [...] mais sur notre comportement personnel, daté, conditionné par une culture, héritée et acquise, de lecteur.

Denis Richet¹

Há alguns anos, debruçar-se sobre a história do livro e da leitura representa mais do que um simples inventário do que se lia ou do que se produzia em dada sociedade em certo momento histórico. Os estudos produzidos pela historiografia francesa, como pela anglo-saxã e a ibérica abriram inúmeras vias de pesquisa, possibilitando que a análise dos impressos e da leitura signifique, sobretudo, um meio de buscar opções diversificadas da pesquisa histórica para abordar práticas culturais e políticas. Embora informações também se veiculem por meio da oralidade, o trabalho com textos permite identificar o sentido das mensagens transmitidas pela palavra escrita, ainda quando em ambiente de cultura letrada rarefeita, como aquele das sociedades do Antigo Regime.

Dessa maneira, os impressos transformaram-se em meio privilegiado “de diálogo com o passado, de criação e de inovação”.² Sob esse prisma, como afirmaram Darnton e Roche³, o livro (ou qualquer texto impresso) não deve ser visto apenas como memória de um tempo, que narra as diferentes percepções de um mesmo fato; ou como simples ingrediente do fato; mas, sim, enquanto agente que intervém nos processos e episódios. Poderosos elementos de continuidade, os livros também podem ser importantes vetores de rupturas na tradição. Afinal, os livros, textos e suas representações investem-se de múltiplas missões: a de educar, de formar, de criar tanto um espírito de universalidade, quanto de edificar as nações particulares, especialmente ao longo do século XIX.⁴ No Brasil, o oitocentos constituiu-se no período em que o discurso escrito anunciou a conquista de sua autonomia, numa sociedade ainda profundamente dominada pela oralidade, com o vislumbre do nascimento de uma opinião pública, no sentido moderno do termo⁵.

Não se quer dizer, no entanto, que os textos impressos, por si só, sejam capazes de fazer revoluções.⁶ Ainda que não se confira tal poder aos textos, pois estes podem ser apreendidos de modos distintos por indivíduos diferentes, é possível afirmar, contudo, que são os textos escritos, em seus conceitos e linguagens, que abrem espaço à criação de novas culturas políticas. Portanto, os impressos registram igualmente uma historicidade.

Por outro lado, ao debruçar-se sobre a história dos livros, dos textos e da cultura escrita, diversos momentos mostram-se fundamentais: o Antigo Regime, o *longo século XIX* e o tempo contemporâneo. Na

¹ Préface. In: JOUHAUD, Christian. *Mazarinades: la Fronde des mots*. Paris: Aubier, 1985, p. 12.

² BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas*. A memória dos livros no Ocidente. [Trad.]. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000, p. 11.

³ DARNTON, Robert & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa*. A Imprensa na França, 1775-1800. [Trad.]. São Paulo: EDUSP, 1996.

⁴ RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “Livros e leituras no século XIX”. *Revista de História das idéias*. Coimbra, 20: 187-228, 1999, p. 187

⁵ BAKER, Keith. M. *Au tribunal de l'opinion. Essais sur l'imaginaire politique au XVIII^e siècle*. Paris: Payot, 1993; FARGE, Arlette. *Dire et mal dire. L'opinion publique au XVIII^e siècle*. Paris: Seuil, 1992.

⁶ Ver CHARTIER, Roger. *Les origines culturelles de la Révolution française*. Paris: Seuil, 1990 e BARBIER, Frédéric. *História do livro*. [Trad.]. São Paulo: Paulistana, 2008.

primeira temporalidade, encontram-se as novidades em relação às práticas de leitura, à constituição do esboço de uma voz geral, mas também as resistências em relação a tais propostas por meio do papel repressivo da Inquisição e da censura. Além disso, naquela época, os que detinham o privilégio do saber e da escrita, embora ainda dependessem do Estado para a sobrevivência, encontravam nesse trunfo um instrumento de poder. Na segunda temporalidade, o impresso se integra ao tecido cultural e político da sociedade, com as palavras vendendo-se revestidas, por esse modo, de conotações particulares e diversas. Ou seja, ao transcender seu contexto originário, uma idéia projeta-se no tempo sob a forma de um novo conceito, que transforma os discursos contemporâneos em práticas novas, capazes de revelar as diversas identidades políticas e sociais presentes naquela conjuntura histórica. Por fim, no tempo contemporâneo, além de transmitirem mensagens a um público mais amplo, em função do grau maior ou menor de alfabetização, os textos demonstram tanto a formação de um campo intelectual autônomo, na perspectiva de Bourdieu⁷, quanto pressupõem que a palavra escrita se tenha convertido em objeto privilegiado de uma luta político-ideológica que se configurou no oitocentos. Tais temporalidades acham-se presentes nessa coletânea, cujo foco dirige-se não só para o Brasil, mas também para a França, Portugal e Espanha.

Nessa perspectiva, o conjunto de artigos reunidos neste dossiê pretende contribuir, sob a forma de debate intelectual, para essa análise da função assumida pelo livro, pelo impresso e pelo manuscrito na transmissão da cultura; na formação da opinião pública e das culturas políticas; em seu papel como instrumento do poder, em especial nas monarquias; no processo de constituição dos intelectuais; e, mesmo, em outras formas de que o escrito pode revestir-se, como o de caricaturas ou partituras musicais, evidências igualmente de acervo cultural comum a uma população.

Os sete artigos integrantes do dossiê foram redigidos tanto por nomes emblemáticos nessa linha de estudos, como por jovens pesquisadores, possibilitando um encontro de gerações. Sem seguirem um fio condutor único, os artigos apresentam grande variedade de abordagens e de questões, que transparecem dos próprios títulos. De um lado, a formação de bibliotecas, o ato de traduzir e publicar textos enquanto práticas e estratégias do poder monárquico, a censura e a Inquisição, que adquiriram outra dimensão após a invenção da imprensa, com seu papel multiplicador. De outro, a historicidade do literário na ótica específica de José de Alencar, o estudo da “arte menor” do caricaturista, transformada em elemento primordial de uma imprensa *militante* na Modernidade, o uso das partituras musicais consideradas como meio para valorizar a mestiçagem no Brasil enquanto patrimônio cultural, e as disputas intelectuais de meados do século XX no Brasil, refletindo o processo de reconfiguração de seu campo intelectual. Cabe ainda ressaltar que, embora não faça parte intrínseca do dossiê, soma-se uma resenha com temática a ele vinculada, sobre o mais recente livro de Robert Darnton traduzido para o português.⁸

São, portanto, narrativas distintas, mas que, ao ultrapassar uma abordagem unívoca, se conjugam para formar uma teia entrelaçada, capaz de lançar *redes* de significados sobre o passado, a fim de oferecer ao leitor, como sempre acontece, elementos com que (re)construir a sua própria interpretação do mundo.⁹

Lucia Maria Bastos Pereira das Neves

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. [Trad.]. São Paulo: Perspectiva, 1974, pp. 183-202.

⁸ DARNTON, Robert. *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*. [Trad.]. São Paulo, Companhia das Letras, 2014

⁹ O Laboratório *Redes de Poder e Relações Culturais* foi criado a partir do grupo de pesquisa do CNPq (1997) intitulado “Ideias, Cultura e Política na Formação da Nacionalidade Brasileira”, e está integrado ao Programa de Pós-graduação em História da UERJ. Foi cancelado em dezembro de 2006 como núcleo de excelência no âmbito do programa Pronex FAPERJ/CNPq. Desde então, passou a reunir professores de outras instituições, próximos seja pela temática, seja pela abordagem e foi responsável pela organização desse dossiê, que contou com a ajuda de Tania Bessone e Lúcia Guimarães, suas integrantes, às quais cabe aqui um agradecimento especial.